

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 864 - de 17 a 30 de abril de 2020

É PRECISO PÔR UM FIM NISSO!



Médico-empresário Nelson Teich é nomeado para o Ministério da Saúde

GOVERNO BOLSONARO É O VIRUS



**APOIE A NOSSA
IMPRENSA!**

**ASSINE O JORNAL
O TRABALHO**

R\$ 10/mês

No próximo período, o Jornal O Trabalho não será impresso. Faça sua assinatura e tenha acesso à leitura online em nosso site.

JUVENTUDE

Estudantes pedem
redução das mensalidades

pág.2

PARTIDO

DN-PT se reúne e
decide mais do mesmo

pág.4

LUTA DE CLASSE

Máquina de moer direitos,
empregos e salários

pág.6

ESPAÑA

Governo do PSOE propõe
pacto para "salvar a nação"

pág.11

“Pagamos curso presencial, não à distância”

Estudantes exigem redução das mensalidades, mas faculdades tiram proveito da crise

As faculdades privadas suspendem as aulas presenciais devido à pandemia, mas implementaram o Ensino à Distância (EaD) sem reduzir preço das mensalidades. A mudança veio após a portaria nº 345 do Ministro da Educação Abraham Weintraub autorizar uso da modalidade substituindo as aulas presenciais.

O que já era polêmico se tornou um grande conflito, pois sem aulas não haverá acesso à infraestrutura paga e muitas pessoas não têm meios de acesso e participação virtual. Estudantes e entidades exigem a redução das mensalidades diante da substituição das aulas presenciais pelo ensino à distância, que é mais barato. Em plena pandemia, os tubarões do ensino privado, contando com uma mãozinha do governo federal, tiram proveito da crise.

“Ou reduzem mensalidades ou suspendem aulas”!

Em Juiz de Fora (MG) na Faculdade Doctum, os estudantes lançaram abaixo assinado exigindo “redução do valor das mensalidades de cursos presenciais ou até mesmo postergar o vencimento dos boletos”. A direção da faculdade se nega a atender a pauta, segundo ela o serviço de aulas a distância seriam “aulas conectadas”. O núcleo da Juventude Revolução do PT, que ajudou impulsionar a iniciativa, afirma “ou reduzem mensalidades ou suspendem

as aulas. A ganância das privadas se mostra mais evidente durante a crise, em que o direito ao ensino de qualidade é substituído sem pensar nos estudantes”.

Em Volta Redonda (RJ) estudantes da Universidade Geraldo Di Biase (UGB), após reunião online com mais de 20 participantes, soltaram manifesto afirmando que não pagariam pela crise. No manifesto eles defendem a “suspensão das aulas até o vírus e sua transmissão serem controlados e as mensalidades devem ser reajustadas a este tipo de modalidade”. Exigem que sejam mantidas bolsas e benefícios do Prouni, Educa Brasil, etc, e a não realização de “provas, testes, trabalhos ou qualquer tipo de avaliação”. Em poucos dias, o manifesto já tem mais de 100 adesões. Mariana Almeida e José Victor, estudantes da Universidade e militantes da Juventude Revolução do PT, afirmam que terá uma live conjunta de estudantes da UGB e UBM (Universidade de Barra Mansa) que, antes da pandemia, soltara manifesto contra plataforma online por sucatar ensino. Gabriel, do curso de história da UGB afirma, com razão, que “nem todos tem acesso à internet, isso pode prejudicar muita gente. Pra mim não vai dar certo!”.

Em São Paulo, a estudante de jornalismo Ana Sandoval, da Anhembi Morumbi fala que “É uma falta de compreensão cobrar o valor da

presencial enquanto tem aulas a distância. A maioria está tendo problemas financeiros para arcar com curso, como eu, que tive salário reduzido”.

Já Celso Niskier, diretor presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) diz que “as faculdades não tiveram redução de custos, têm feito mais investimentos tecnológicos”. Não engana ninguém, só quer lucrar...

Campanha nacional pela redução

A estas iniciativas acima, se soma a campanha lançada pela União Nacional de Estudantes com abaixo assinado nacional subscrito por dezenas de entidades estudantis exigindo “redução das mensalidades de cursos presenciais durante a Covid-19”. Nele, afirma que o governo deve garantir que nenhum trabalhador perca renda e nenhum estudante abandone as aulas, dentre outras reivindicações, como não reprovação, trancamento sem taxas, renegociações de dívidas, etc.

Em tempos de janelas e painéis indignadas que pedem o enterro do governo, é necessário engrossar lutas concretas como esta pela redução das mensalidades. Afinal, o serviço vendido pelas privadas mudou, mas o preço não. Chega de propaganda enganosa. Como disse um estudante “pagamos por um curso presencial, não pagamos por curso EaD”.

Paulo Vilela e Jeffei



A União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional de Estudantes (UNE) pedem a suspensão do edital e adiamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) mantido pelo governo mesmo com a pandemia. O ministro da educação Weintraub disse que “partideco de esquerda começou a ‘botar pilha’ contra o Enem”. O disparate é vergonhoso. Cerca de 80% dos jovens do ensino médio são de escolas públicas que estão sem aulas. O Conselho Nacional dos Secretários de Educação pediu isenção da taxa de inscrição para todos estudantes. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Contee) afirma que se mantido edital, o Ministério da Educação “estará promovendo a exclusão socioeducacional no país” e afirmou que pedirá sua anulação. Toma vergonha ministro!

iFood é desobrigado a pagar entregadores doentes

Desembargadora anula decisão que protegia entregadores

No dia 5 de abril o juiz Elizio Luiz Perez, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), concedeu uma decisão liminar obrigando as empresas iFood e Rappi a pagarem uma assistência financeira no valor mínimo de R\$ 1.045 (um salário mínimo) aos entregadores que fizessem parte do grupo de risco ou estivessem com suspeita de contaminação pelo coronavírus.

De acordo com a decisão, válida para todo o território nacional, a empresa ficaria obrigada a pagar aos entregadores uma média dos últimos 15 dias de seus ganhos em caso de afastamento, sendo que esse valor não poderia ser inferior a um salário mínimo. A decisão estabeleceu ainda que as empresas ficavam



obrigadas a fornecer álcool em gel e locais para os trabalhadores terem acesso a água e sabão para lavar as mãos.

Esta decisão de 5 de abril do TRT-2 correspondia à realidade observada pelos próprios entregadores que relataram que o iFood não lhes havia fornecido nem o álcool em gel, nem máscaras.

Apesar do iFood declarar que constituiu um “fundo” para ajudar os entregadores no período da pandemia, tal fundo não cobre os entregadores em grupos de risco para que possam ficar em isolamento. O fundo seria destinado apenas para

os trabalhadores que conseguissem provar que estão com infectados com coronavírus. Assim, receberiam um auxílio financeiro por 14 dias. Além de insuficiente, a medida é absolutamente ineficaz, já que com a escassez de testes são poucas as pessoas têm condição de provar que estão com a doença.

Entretanto, a decisão do TRT-2,

obrigando as empresas a pagar e oferecer condições sanitárias, teve vida curta. O iFood recorreu e conseguiu que, em dois dias, o TRT-2 revertesse a liminar. Por decisão da desembargadora Dóris Ribeiro Prina, a decisão foi cancelada. Os argumentos usados pela desembargadora incluíam que “os colaboradores do iFood podem ou não fazer uso da referida ferramenta, de acordo com seus interesses”. Para a desembargadora, os trabalhadores do iFood, que ganham em média R\$ 998,00 por mês (de acordo com pesquisas), podem escolher “de acordo com seus interesses” se vão ou não trabalhar doentes, sem materiais de proteção individual e mesmo se fizerem parte de algum grupo de risco.

Cristiano Junta

Como não lutar pelo fim da tragédia?

A demissão do ministro da Saúde, Mandetta, mesmo se sua atuação não era o que se propagandeou na luta contra a Covid-19, é uma escalada do governo Bolsonaro para concentrar poder. Foi instantâneo: nas janelas as manifestações contra o governo ecoaram ao anúncio da demissão e da nomeação de um bolsonarista de raiz, um empresário da medicina privada, setor ao qual Mandetta também era ligado.

A situação já grave, só tende a piorar. Os números que avançam, e há subnotificação, não são abstratos, são pessoas. Segundo dados oficiais são 33.682 contaminados e 2.141 mortos, com letalidade maior na população negra e das periferias.

A população desassistida, jogada no trabalho informal, em moradias extremamente precárias, está relegada à própria sorte. Os poucos R\$600,00 concedidos, foram recusados a 30% dos que já o solicitaram, ou seja, mais de seis milhões de pessoas.

Esses dezenas de milhões de brasileiros serão os mais atingidos pelas já precaríssimas condições de atendimento médico-hospitalar.

Os trabalhadores da saúde, na linha de frente para salvar vidas, expostos ao contágio, trabalham sem proteção e em condições estafantes.

O drama mundial que assola os povos vem da incapacidade de combate ao vírus por um

serviço de saúde e sanitário, destruído que foi, em regra, pelas políticas de ajuste fiscal. É também o drama da imensa quantidade de trabalhadores na informalidade, num beco sem saída. A necessária quarentena no combate à propagação do vírus, não é acompanhada de uma política de assistência real a esses trabalhadores. E, ao contrário, os patrões se aproveitam da pandemia para avançar no rebaixamento das condições do trabalho formal, o que já era a política do capital em todo o mundo.

Neste drama mundial, onde os governos

PARA CONCENTRAR PODER EM FAVOR DO CAPITAL, BOLSONARO JOGA NO CAOS

estão mais atentos a salvar os interesses do capital, no Brasil a tragédia, e sua extensão, tem um responsável: o governo Bolsonaro que joga no caos para avançar na concentração de poder, resguardado pelos generais. Concentrar poder e ir até onde mais puder nos interesses do capital financeiro "acima de tudo e de todos".

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre a quarentena, exprimiu de maneira nua e crua: "para ilustrar que

existe essa troca [entre salvar vidas ou combater a recessão] e é uma troca que está sendo considerada." Dane-se a vida, salve-se o lucro!

Este governo, gerado no golpe e na fraude jurídica que garantiu sua eleição, conta, no que mais lhe interessa, com o apoio da ampla maioria do Congresso Nacional, como a aprovação da MP 905 que propicia aos patrões explorarem trabalhadores sem direitos.

Aí vem a pergunta que não pode calar: por que a direção do PT resiste em orientar a luta pelo fim do governo?

Amadurece o sentimento de que não virá nada para proteger a saúde, o trabalho e a nação, enquanto o governo Bolsonaro aí estiver. Um sentimento, por ora, represado nas janelas e redes sociais. E um drama vivido pelos trabalhadores da saúde, de outros setores essenciais que trabalham sem proteção e os trabalhadores de serviços não essenciais encurralados entre perder emprego ou ter salários rebaixados. Há resistências localizadas, limitadas pelas condições.

Mas todos, os que estão na janela, nos hospitais, no chão da fábrica e comércio precisam ouvir alto e bom som: ultrapassada a tempestade, com o governo Bolsonaro não virá a bonança. E a quem, senão a Lula e o PT, incumbe dizê-lo?

NOTAS

Informais

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), há cerca de 2 bilhões de trabalhadores informais. Com o Brasil, Índia e Nigéria estarão entre os países mais afetados. "A quarentena não vai funcionar se milhões de pessoas forem colocadas numa situação de ter de abrir mão de suas rendas para ficar em casa.", diz a OIT. A solução não é abrir mão da saúde, mas garantir a renda das famílias. Para o diretor-geral da OIT, Guy Ryder é preciso "sair dessa lógica equivocada. Não é uma questão de salvar vidas ou empregos. Esse é um falso dilema". No Brasil, os R\$ 600 (57% do salário mínimo) de auxílio de emergência, além de chegar atrasado e as dificuldades de acesso à internet para fazer o pedido, não garante as necessidades básicas desses trabalhadores.

Negros

A Covid-19 é mais letal para negros do que brancos, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde. 23,1% hospitalizados são pretos e pardos. Desses 32,8% morrem. Com os brancos, 73,9% estão entre os hospitalizados e 64,5% entre os mortos.

"Chama a atenção essa diferença de 10 pontos percentuais entre negros

hospitalizados e negros mortos pela Covid-19", diz Denize Ornelas, diretora da Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade. "Se as chances de morte pela doença não dependem de raça ou cor, tem algo errado".

A falta de saneamento básico agravada pelas desigualdades raciais favorecem doenças como a tuberculose, diabetes e hipertensão arterial, que estão entre os riscos maiores de contágio.

Refugiados

Os acampamentos superlotados de refugiados na Grécia, principal porta de entrada de imigrantes na Europa, anunciam um desastre humanitário. Dois campos estão em quarentena, o de Malakasa teve isolamento decretado depois que um afegão de 53 anos teve contágio confirmado. O campo de Ristona entrou em quarentena, depois que uma imigrante de 19 anos testou positivo após dar à luz em Atenas.

ERRATA: na edição 863, na nota "A barbárie em números" (pág.3) há um erro. Escrevemos que "6 milhões de seres humanos morrem de Sarampo a cada ano". São 6 milhões de infectados por ano, em 2018 morreram 142 mil".

Memória

GREVE DE METALÚRGICOS DO ABC DESAFIA DITADURA

Numa assembleia de mais de 50 mil operários em frente à Igreja Matriz de São Bernardo, na terça-feira, os metalúrgicos não deixaram dúvidas: gritaram intensamente "A greve continua! A greve continua!" (...). Nos confrontos com a polícia, nas assembleias, nas vigílias e no trabalho cotidiano de piquetagem nos bairros, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Santo André responderam imediatamente à intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, às mais de vinte prisões que aconteceram e à violência bestial das bombas, cães, helicópteros do Exército armados com metralhadora e tropas de choque utilizados para garantir a posse dos interventores.

O Trabalho nº 57 - 23/4/1980



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

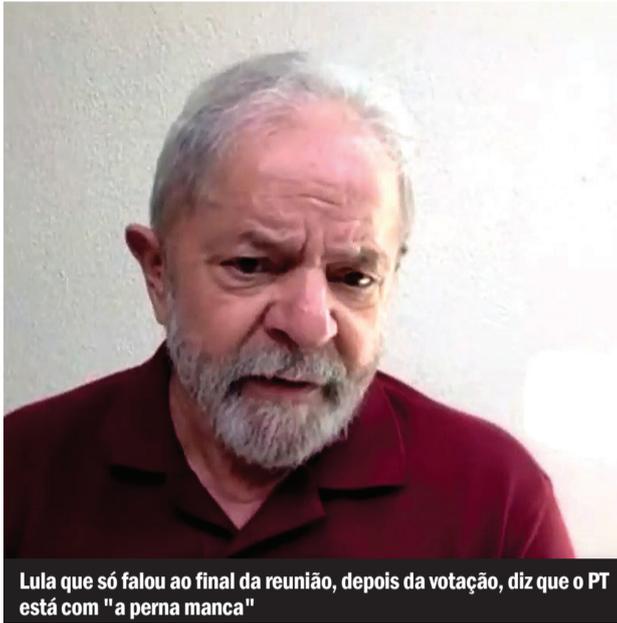
Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

DN: mais do mesmo

Não querem lutar pelo fim do governo Bolsonaro



Lula que só falou ao final da reunião, depois da votação, diz que o PT está com "a perna manca"

Na parte fechada do DN foram apresentadas 10 propostas, como se fosse um Congresso. Mas era uma confusão, que não interessa ao partido e ao povo. O texto aprovado nesta hora grave não move nada, é mais do mesmo.

Após 40 falas, justo na hora da votação, duas propostas fundiram (CNB/MPT) a partir de uma "emenda". Outras cinco (DS, AV, AE, AV, EPS) retiraram em favor de uma "emenda" (!?) Fora Bolsonaro, de Rui Falcão, mas já com dezenas de assinaturas. Certamente, ambos prepararam antes a jogada. A 2ª emenda depois foi publicada como "Manifesto", mas não é isso.

No debate, as duas falas do DAP buscaram unir o PT em torno da luta pelo fim do Governo, integrando sem opor, o Fora Bolsonaro, ao Impeachment e a

Renúncia. O DAP propôs o mandato político abaixo para uma comissão redigir uma Declaração à Nação.

Mas vários outros buscaram no debate opor um "Fora" mágico – como se o povo estivesse na rua –, à renúncia e ao impeachment. Enquanto que outros, ao revés, acusavam que "o Fora, hoje, é Mourão", alguns por consciência mas vários imobilistas, falando como se quase governassem aprovando "n" coisas no Congresso Nacional.

A rodada terminou com 5 textos: o do DAP 3 votos, grupo Jacy 1 voto, CNB-MPT 48 (57%), Resistência 8 e o bloco Rui 24 (29%). Na verdade, tudo previsível, nada novo. A

hipótese de votar em dois turnos foi abandonada.

O texto aprovado (www.pt.org.br) é frustrante. Ele legitima o Fora Bolsonaro, fala na sua saída, MAS diz que a tarefa do PT é outra, é salvar a vida, como se isso fosse tranquilo com o governo Bolsonaro.

Lula

Lula decidiu não falar antes da votação "prá não influenciar". Depois, disse que para a crise o país deve "endividar-se". Mas ao contrário do que diz a Folha, insatisfeito, considerou o texto "truncado", repetiu que não tem idade para o Fora, mas o PT está de perna manca e deve ficar aberto para evoluir. Concluiu se dizendo militante disciplinado do DN. É possível avaliar que se Lula falasse isso no início, o final podia não ter sido esse, bem previsível.

Markus Sokol

"ELE QUER A CONVULSÃO"

Na primeira parte da reunião, transmitida, três governadores e três prefeitos do PT (além dos líderes parlamentares, Dilma, Haddad e as Frentes), descreveram os seus esforços contra a pandemia. Reclamaram do aumento de gastos sem que haja o repasse de recursos (chegou R\$ 2 por habitante no Piauí para 90 dias) e de equipamentos de saúde anunciados por Mandetta, quando já está caindo a arrecadação.

Todos denunciam Bolsonaro. "O relaxamento será uma tragédia". Os mais lúcidos diagnosticam que ele "quer o caos, uma convulsão". Um disse que "o Congresso e o STF devem ter coragem de tirar o poder do presidente". Mas outro pensa que "o governo será pressionado por Estados e Municípios que derrotarão o caos".

Uma liderança disse que "não é só Bolsonaro, como deixa claro os recursos que não chegam, é a Saúde e Fazenda também". Mas outro quer "convencer a centro-direita a mudar o regime fiscal" e articular "uma frente para salvar o país do governo".

Enfim, muitos discursos, alguns interessantes outros mais retóricos.

DAP propõe: Mandato ao DN do PT de 09 de abril

Ouvidos os seus membros, o DN mandata uma comissão para redigir uma Declaração à Nação.

Frente a pandemia da Covid 19 os fatos mostram, dois meses depois, o desprezo criminoso pela vida e a incapacidade administrativa deste governo para tomar as urgentes medidas sanitárias, econômicas e sociais necessárias – dentre as quais as propostas de emergência do PT e de diversos setores da sociedade – para enfrentar minimamente a crise.

Frente, então, à tragédia nacional que se aproxima nesta situação extrema, o PT renova a solidariedade com os setores sociais mais ameaçados e o resguardo do trabalho decisivo da saúde pública. E assume a responsabilidade de orientar os seus militantes a lutarmos pelo fim do governo Bolsonaro, o quanto antes melhor, integrando todas as formas institucionais e de ação democrática factíveis nas circunstâncias – Fora Bolsonaro, Impeachment, Impedimento, Renúncia ou outra –, em consulta com todas as forças vivas da nação para construir uma saída política para esta crise.

Os companheiros (as) [Gleisi, Guimarães e Rui Falcão, a confirmar; Sokol não precisa estar] estão mandatados para redigir esta Declaração.

A solução é endividar-se?

"A maioria dos países não pode"

Todos falam que o país vai sair da Covid-19 com mais dívida pública. Trump e resto do mundo vão se endividar. Mas até aonde irá o Brasil?

Com o aumento do gasto público, quando cai a produção e o consumo e, portanto, a receita, haverá endividamento. Será necessário emitir reais, ou títulos do Tesouro no mercado (dívida). Ninguém sabe o tamanho, mas segundo o secretário do Tesouro, vem aí um rombo de mais de 100 bilhões de dólares.

O Brasil deve emitir moeda para financiar a resposta sanitária, a sobrevivência das famílias e o crédito das empresas. Mas no mercado capitalista há um limite para isso.

O prêmio Nobel Joseph Stiglitz, ex economista-chefe do Banco

Mundial, explicou: "ampliamos (os EUA) o déficit em 2 trilhões de dólares. Podemos explodir o orçamento sem nos importar. A maioria dos países em desenvolvimento não pode" (OESP 05/04).

"Não pode", porque só os EUA emitem dólar. Desde o acordo de Bretton-Woods, ao final da 2ª guerra, esta é a moeda universal. Depois de 1971, nem precisa de lastro em ouro. O imperialismo dos EUA pode ditar a lei.

Lula falou endividar-se, com razão. O Brasil terá de emitir reais, por exemplo, para financiar a reconversão da indústria para produzir equipamentos de saúde. Mas para compras no exterior, para esta indústria, outros insumos e o consumo em geral, o país precisa de dólares. Com

a crise mundial cairá a receita das exportações quando mais se precisa de dólares.

Há como escapar?

De início, o governo pode dispor dos 370 bilhões de dólares das Reservas que o país tem. E deve instituir o controle de capitais, senão os dólares seriam retirados do país pelos especuladores, e também para garantir o financiamento dos gastos. Será o início de outro governo, com um programa soberano (ruptura com o imperialismo) para a reconstrução econômica e sanitária do país devastado por Temer-Bolsonaro.

Será preciso outras medidas estruturais, como a taxa pesada dos bilionários, das heranças, grandes empresas e multinacionais, e

também reestatizações para que o Estado comande a economia. Mas não será este Congresso, será uma Constituinte quem adotará essas medidas.

Pouco a pouco o país vai se erguer, e poderá avançar até a planificação econômica em colaboração com outros povos.

Cínicos, os banqueiros e os patrões que sabem das coisas, agora admitem aumentar um pouco o gasto público. Mas advertem que depois se fará o inevitável "ajuste" no lombo do povo. Por isso, apesar da tragédia humana que ele é, ainda se agarram ao governo Bolsonaro temendo perder o controle depois.

Não tem acordo: Fim do Governo Bolsonaro!

JAL



NA QUARENTENA, DAP REALIZA REUNIÕES VIRTUAIS

A Coordenação do DAP da capital paulista reuniu-se de forma virtual com os grupos de base para discutir a Carta do Comitê Nacional e a situação política.

Há forte inquietação sobre a ausência da direção do PT na cena política. Considerou-se que isso é resultado do fato do PT não ter adotado, desde o 7º Congresso, a orientação da luta pelo fim do governo Bolsonaro.

Foram feitas denúncias sobre a situação dos trabalhadores da saúde e dos sepultadores, todos fazendo o máximo para atender a população, mas sem qualquer proteção, nem máscaras, o que já levou à contaminação de centenas e a morte de dois enfermeiros de hospitais públicos, e as consequências dos cortes de verbas.

Discutiu-se também a situação

na educação, onde os profissionais pedem o fechamento imediato de todas as escolas, que estavam funcionando com diretoria e pessoal de apoio, expondo ao risco esses profissionais.

Nos bairros, onde a situação de isolamento social é mais complicada, o clima pesa com a efetiva diminuição de salários, direitos e o crescimento do desemprego, medidas com as

quais Bolsonaro contamina a população e socorre as empresas, deixando os trabalhadores na mão.

Decidiu-se incentivar a luta para que os R\$ 600,00 do auxílio emergencial sejam entregues imediatamente, bem como a distribuição gratuita de gás de cozinha às famílias carentes e tabelamento dos preços, como forma de diálogo com a população.

GRUPOS DE BASE DISCUTEM



marcada reunião de formação com os temas do momento. Foram criticadas ações da prefeitura como o recapeamento de ruas, enquanto se aprofunda o sucateamento dos hospitais públicos, com leitos desativados. Discutiu-se também a situação das escolas, que seguem abertas a despeito de todos os riscos e impactos na saúde e vida destes trabalhadores.

O grupo de base do Butantã discutiu a necessidade da direção do PT assumir e promover ações pelo fim do governo Bolsonaro. Os presentes defenderam a taxação dos milionários e a revogação da emenda constitucional 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos. Foi proposto o uso de carro de som para se comunicar com a população durante o isolamento, para falar da urgência da renda emergencial, reivindicar a isenção de luz e água, com gás de cozinha gratuito enquanto durar o isolamento.

Reuniu-se ainda o grupo de base do Tucuruvi e está marcada reunião do grupo de base Vila Prudente-São Caetano do Sul.

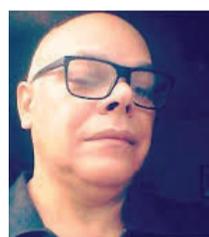
No dia 8 de abril, o grupo do DAP Centro fez sua segunda reunião online. Na reunião, esteve presente Markus Sokol, membro do Comitê Nacional do DAP e da Executiva Nacional do PT, para debater sobre a luta contra o governo Bolsonaro. Sokol apresentou, como pano de fundo da crise sanitária, o fracasso da política dos governos, em todas as partes do mundo, de subtrair verbas destinadas às demandas sociais para injetar no mercado financeiro. Apontou que a luta contra o governo Bolsonaro pode se dar a partir da luta pelo direito à saúde, começando pelos trabalhadores da área, por condições seguras de trabalho.

No grupo de base de Perdizes, discutiu-se a situação política e foi



Sarau da resistência em Vitória da Conquista
No isolamento social por conta da Covid-19, as pessoas buscam encontrar meios para a interação social e convívio adaptados à crise. Pensando nisso, no dia 4 de abril, o grupo de base do DAP em Vitória da Conquista (BA) organizou o Sarau da Resistência. O grupo se reuniu por vídeo conferência e dedicou a noite à leitura de poesias, textos, reflexões e música. "Num clima de amizade e companheirismo cultivado com arte, nos aproximamos na distância imposta pelas condições do momento em que vivemos", disse um dos participantes.

"NÃO HÁ ATALHOS, É LUTAR OU LUTAR"



O Diretório Nacional do PT rejeitou a proposta apresentada pelo DAP de que o PT fizesse uma declaração à nação na neces-

sária perspectiva de luta pelo fim do governo Bolsonaro (ver pag. 4). Na discussão de avaliação do resultado dessa reunião do DN-PT ouvimos Milton Alves, integrante do DAP e membro do Diretório Estadual do PT do Paraná.

DAP- Como você avalia a Resolução aprovada DN, que não apontou para o fim do governo Bolsonaro?

Milton Alves- Foi um grave erro político, que desarma a militância do partido. O "Fora Bolsonaro", popularizado agora na quarentena, expressa a vontade política de colocar abaixo um governo genocida e antipovo. É uma perspectiva que distingue daqueles que querem um "bolsonarismo sem Bolsonaro".

DAP- É possível combater a pandemia com este governo?

MA- O governo Bolsonaro é o maior aliado da disseminação do coronavírus no país. Mandetta é o covete do

SUS. A política do governo Bolsonaro contra o isolamento social é apenas um aspecto da demência criminosa da extrema-direita. Enquanto isso, os banqueiros já acumularam bilhões de reais no curso da pandemia. Além disso, medidas básicas de proteção social e sanitária, como a suspensão do pagamento de luz, água, gás, distribuição de máscaras, kits de testagem massiva, não foram efetivadas pelo governo. E nem será.

DAP- O que vem pela frente?

MA- Cresce a insatisfação popular. No entanto, Bolsonaro ainda conta com forte respaldo das classes dominantes, das forças armadas, do empresariado e do imperialismo dos EUA e aposta na polarização e no confronto, no endurecimento do regime. O PT precisa apontar uma saída política, travando um duro combate contra as medidas insuficientes adotadas pelo governo e organizar a luta dos trabalhadores. Não há atalhos, é lutar ou lutar. A militância do PT precisa ter clareza do nível de enfrentamento necessário para reunir forças para pôr fim ao governo de Bolsonaro e dos generais. O papel do DAP é exatamente fazer este debate com a militância.

EM MEIO À PANDEMIA, MG SE ORGANIZA

A Coordenação Estadual do DAP de Minas Gerais realizou uma reunião online, com representantes de cinco regiões do Estado. Em pauta a pandemia da Covid-19 no cenário internacional e nacional, que acelerou a crise do sistema capitalista.

A coordenação decidiu incentivar a realização de reuniões online dos grupos de base para debater a conjuntura e adotar medidas que combinem a preservação dos militantes e das organizações dos trabalhadores, bem como estimular reuniões virtuais do PT e dos movimentos sociais nas

idades.

Diversos grupos de base já vêm realizando suas reuniões, como Vale do Aço, Uberlândia, Santos Dumont e Andrelândia. Os grupos de base de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Ubá e Cataguases também realizarão em breve suas reuniões.

Na reunião da coordenação, todos concordaram que é preciso não só apresentar propostas de combate às medidas deste governo, é preciso lutar pelo fim do governo Bolsonaro/Mourão/Guedes/Moro/Braga Netto.

Uma máquina de moer direitos, salários e empregos

Governo e Congresso aliviam empresários e esfolam trabalhadores

Em meio à pandemia da Covid-19, uma sucessão de Medidas Provisórias – as MPs 905, 927 e 936 – decretadas por Bolsonaro são aprovadas no Congresso Nacional. Todas elas tem o objetivo de apoiar os empresários com benesses, ao mesmo tempo que lhes dão “sinal verde” para arrancar o couro da classe trabalhadora.

Neste momento que combina a crise econômica que vinha de antes com a crise sanitária, a luta de classes se expressa numa ofensiva brutal dos capitalistas, amparados por medidas governamentais, contra os direitos, salários e emprego dos trabalhadores. Não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Trata-se de uma situação de extrema defensiva para a classe trabalhadora que exige das organizações sindicais e dos partidos que reivindicam a defesa dos seus interesses que não capitulem diante do capital, que recusem falsos “consensos” e apontem o dedo para os responsáveis pela onda de demissões, redução de salários, suspensão de contratos e precarização de direitos. No Brasil, a começar pelo governo Bolsonaro, mas também a maioria do Congresso que serve esses interesses empresariais.



Na calada da noite, Maia preside a sessão virtual que aprovou a MP 905

A última cacetada “verde e amarela”

Na madrugada de 15 de abril, por 322 votos a 152, a Câmara dos Deputados aprovou a MP 905, da “carteira verde amarela”. Esta MP, uma “bolsa patrão” como disse o DIEESE, permite a contratação de jovens de 18 a 29 anos e de maiores de 55 anos, com menos direitos e um teto de 1,5 salário mínimo, para ocupar novas vagas abertas pelas empresas. Estas, por seu lado, passam a ter redução de encargos trabalhistas e previdenciários. A MP 905 iria caducar em 20 de abril, mas Rodrigo Maia agiu para aprová-la, remetendo-a ao Senado.

Enquanto isso, mais de 2,5 milhões de trabalhadores, segundo o governo, já tiveram seus salários reduzidos ou contratos suspensos em função da aplicação das MPs 927 e 936 pelos

patrões (ver OT 863). Os sindicatos encontram enorme dificuldade em interferir nos acordos individuais que os patrões impõem, os quais foram legitimados pelo STF (mesmo se o ministro Lewandowski pede que os sindicatos sejam informados).

Como explicar declarações, como a do presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, que a MP 936 “tem que ser melhorada”? Um “escorregão” similar ao da nota das centrais que diziam ser “insuficiente” essa MP, ou uma ilusão na “boa vontade” dos patrões e de seus parlamentares no Congresso?

E eles ainda querem mais...

Para os porta-vozes do empresariado, todas as medidas de emergência adotadas por dois ou três meses

devem ser prolongadas indefinidamente e tornar-se permanentes. Eles sabem que a pandemia só fez aprofundar a crise do sistema capitalista mundial, no qual estão integrados, e que, no cenário de ruína que se desenha, a sua sobrevivência só pode se dar com a super-exploração dos trabalhadores.

Enquanto intelectuais e até sindicalistas começam a especular sobre o “cenário pós-pandemia”, um “futuro” de barbárie está sendo construído desde já pelo imperialismo. Nenhuma ilusão de “consenso” ou colaboração com os capitalistas é permitida nesse momento crucial para a humanidade.

As condições são difíceis, mas se impõe a resistência, muitas vezes local e fragmentada, em defesa dos direitos conquistados pela luta da classe trabalhadora. Só assim ela poderá contar com organizações independentes nas quais se apoiar, quando chegar a hora de retomar a luta de massas para reconstruir tudo o que o capital e os governos a seu serviço estão destruindo em termos de direitos, proteção social, salários e empregos. O que vale também, é claro, para a CUT e seus sindicatos.

Julio Turra

Ensino à distância é solução?

Nas escolas públicas, EAD aumenta desigualdades

Diante da epidemia da Covid-19 e da quarentena nas escolas, a questão do ensino à distância (EAD), que já provocava polêmica e a oposição de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT), ganhou maior destaque, tanto quanto o do fornecimento das merendas escolares, que é obrigação do Estado fazer chegar às famílias.

Argumentos como “o que fazer com as crianças em casa” são utilizados para pressionar os professores a assumirem “aulas virtuais”, sem as condições mínimas para tanto.

O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), apresentou uma proposta de EAD que é um verdadeiro ataque à educação, aos professores e aos próprios estudantes da rede pública.

É o chamado “Programa Aprender em Casa”, com previsão de início em 22 de abril, quando acabaria o

recesso escolar, que foi antecipado. As atividades desse programa contariam como dias letivos e será criado um aplicativo, o “Centro de Mídias de São Paulo”, por meio do qual os estudantes acessariam as aulas e conteúdos via “smartphone”.

Ora, grande parte dos estudantes da rede pública e suas famílias não têm acesso à internet ou tem acesso a um serviço de baixa qualidade. Muitos não têm computadores ou celulares compatíveis. O mesmo acontece com os professores que, por vezes, não têm equipamentos adequados, nem capacitação para preparar e ministrar aulas “on line”.

A Apeoesp (sindicato estadual dos professores da rede pública) entrou em 7 de abril com uma representação no Ministério Público paulista contra a proposta de Dória, alegando que a sua implementação vai aumentar a desigualdade entre alunos: “o ensino a distância vai fazer uma grande

distinção de explosão social dramática na rede estadual de educação e afetará os alunos das classes sociais mais necessitadas”, diz a Apeoesp em sua ação. De fato, são medidas que só agravam a precariedade do ensino público.

Mesmo no ensino privado, que já implementa medidas de EAD numa realidade diferente, problemas já surgem e vários sindicatos de professores denunciam que há alunos bolsistas sem acesso à internet e também a quantidade enorme de horas trabalhadas a mais pelos professores nesse sistema.

Também na Bahia e Paraná

Na Bahia, uma professora denunciou que a Secretaria de Educação do governo Rui Costa (PT) enviou documento às escolas públicas orientando um “Plano de Estudos Domiciliares” que deveria ser feito via “whatsapp”, usando o número de celular pessoal

do professor!

No Paraná, o governador Ratinho Júnior (PSD) e o prefeito de Curitiba, Rafael Greca (DEM), agem conjuntamente para impor vídeo-aulas. “O programa não atinge todos os estudantes da rede pública, ficando excluídos os mais pobres. Sem contar a quebra de quarentena, visto que, os estudantes que não possuem as tecnologias, precisam ir até as escolas para pegar os kits, materiais de apoio e de atividades, entretanto, o governo não enviou papel e nem tinta para a impressão desses kits”, afirma uma professora.

A APP (sindicato da rede pública paranaense) também denunciou essas ações do governo ao Ministério Público e está recebendo por telefone denúncias de professores e da comunidade escolar, inclusive documentos e vídeos de associações de moradores.

Tiago Maciel

Trabalhadores da saúde exigem proteção!

Nos estados (RJ e SP) com mais casos e mortes por Covid-19

A Universidade Federal do Rio de Janeiro realizou um estudo, com testes aplicados em mais de 700 trabalhadores da saúde do estado, identificando uma taxa de infecção de coronavírus em 25% desses profissionais.

Esse percentual é maior que o registrado na Espanha, Portugal (ambos de 20%) e Itália (15%). O que quer dizer que não existe proteção adequada para os profissionais, seja nos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como nos fluxos de atendimento.

Em muitas unidades de saúde não

há máscaras suficientes e elas são reutilizadas ou usadas por período indeterminado, os aventais não são grossos o suficiente e rasgam, isso quando não se tem que usar sacos de lixo ou capas de chuva. Não há óculos suficientes, as luvas rasgam ou não cobrem toda a mão, além de faltar álcool-gel em vários locais de atendimento.

Metade dos casos e situação crítica

O estado de São Paulo, que concentra metade dos casos registrados no Brasil de contaminação e de óbitos

pela Covid-19, os trabalhadores da saúde tampouco têm acesso aos equipamentos necessários para sua proteção. Já são mais de três mil profissionais da saúde que foram afastados do serviço por suspeita de contágio só na capital paulista.

O Sindicato dos Enfermeiros de São Paulo recebe de 30 a 40 denúncias diárias de profissionais da enfermagem sobre condições de trabalho e falta de proteção, já tendo sido contabilizadas oito mortes entre eles, com outras onze sendo investigadas.

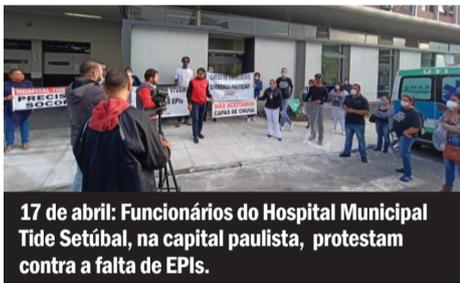
Já o Sindicato dos Médicos de São Paulo recebeu 159 denúncias, a maioria por falta de equipamentos de proteção e fluxos de atendimentos inadequados, sendo que três mortes de médicos já foram registradas.

Não dar proteção adequada aos trabalhadores da saúde é um duplo crime, pois além de ameaçar diretamente a sua vida e a de seus familiares, também provoca mais mortes na população que necessita desses profissionais, já escassos, para atendê-la.

Juliana Salles

Descaso na maior metrópole do país

Situação nos cemitérios vira capa de jornais pelo mundo



17 de abril: Funcionários do Hospital Municipal Tíde Setúbal, na capital paulista, protestam contra a falta de EPIs.

Na cidade de São Paulo, até o fechamento desta edição, 17 trabalhadores da saúde morreram pelo descaso do prefeito Bruno Covas

(PSDB) e seu secretário da saúde na proteção necessária para os serviços públicos essenciais.

O Sindsep (sindicato dos municipais) vem denunciando esse descaso e lançou uma pesquisa para coletar dados da situação na categoria (ver em sindsep-sp.org.br), ao mesmo tempo que exige medidas concretas, ao lado de outros sindicatos como o dos médicos, na mesa técnica constituída pela Secretaria da Saúde municipal.

Cemitérios congestionados

A situação no Serviço Funerário paulistano ganhou capa do "Washington Post" e de vários órgãos de imprensa pelo mundo. Somente a forte pressão exercida pelo Sindsep junto com os sepultadores é que garantiu máscaras, luvas, macacões e álcool-gel para realizar os enterros.

No maior cemitério da América Latina, o de Vila Formosa na zona leste da capital paulista, os sepultamentos diários, que eram em média

de 40, passaram a 65, dos quais cerca de 25 são de suspeitos de Covid-19.

Em meio a essa tragédia, a prefeitura tucana insiste em manter a concessão/privatização do serviço funerário, tendo apenas adiado o leilão marcado para 16 de abril para 15 de maio. Já o Sindsep exige a suspensão definitiva desse processo de destruição de um serviço público fundamental, como a crise sanitária está demonstrando.

João B. Gomes

Hospital Universitário no Ceará sem EPIs

Os trabalhadores do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), ligado à Universidade Federal do Ceará (UFC) e gerido pela Empresa Brasileira de Recursos Hospitalares (EBSERH), estão inseguros pela falta de EPIs.

Em vários setores do hospital há casos de afastamento de trabalhadores por contágio ou suspeita de

infecção por coronavírus. Com a falta de EPIs, a administração do HU faz a "escolha de Sofia": prioriza o seu uso por aqueles que cuidam diretamente de pacientes infectados, em detrimento dos que manipulam materiais contaminados na lavanderia e copa, os quais usam apenas uma máscara cirúrgica em plantões de seis horas, quando deveriam ser trocadas

a cada duas horas.

Há outras formas de contaminação pela má estrutura hospitalar, tais como aglomerações no refeitório, falta de local apropriado para repouso de profissionais e plantonistas (serviço noturno).

A FASUBRA, federação nacional dos sindicatos de servidores técnicos e administrativos das universidades

públicas, diante dessa situação crítica da qual o Hospital da UFC é apenas um exemplo, deve cobrar das reitorias que atuam junto à EBSEH e às autoridades sanitárias para que sejam fornecidos os EPIs que garantam a segurança dos trabalhadores hospitalares, bem como a garantia de seus direitos como servidores. É a tarefa da hora.

Evaldo Varela

Prefeito de Volta Redonda reduz salários

Em plena crise sanitária, o prefeito de Volta Redonda (RJ), Samuca Silva (PSC), decretou um corte de 10% na folha de pagamento dos servidores municipais, encaminhando à Secretaria de Administração (SMA) estudos para reduzir a carga horária, estimando uma "economia" de R\$ 60 milhões.

Os servidores, que já têm salários arrojados e estão trabalhando sem EPIs na área da saúde e abastecimento de água, são contra a medida. Para o agente escolar Pirra, que é da

oposição à direção do sindicato dos funcionários públicos municipais, "tal medida vai deixar os servidores com o salário reduzido, junto com as suas dívidas, quando Volta Redonda precisa é de investimento no serviço público e não cortes".

Infelizmente a posição da direção do sindicato se resumiu, até o momento, a divulgar uma nota de repúdio e propor uma escala para os cortes comecem por comissionados e contratados.

Correspondente

Servidores devem ter salários reduzidos?

A Condsef (confederação dos servidores federais) em nota de 8 de abril (trecho abaixo), responde essa questão:

"De fato, não é apenas Bolsonaro. É todo seu governo e também o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que pretendem que os servidores e empregados públicos precisem 'fazer sacrifícios' para pagar os custos da crise.

Tentam jogar os trabalhadores do setor privado contra os servidores públicos dizendo 'como vocês perderam salário os servidores públicos também têm que perder'.

É mentira! Eles não querem proteger

o trabalhador do setor privado e os informais. Eles querem proteger os rentistas, financistas e bilionários e por isso tentam jogar os trabalhadores uns contra os outros para barrar nossa união.

Junto com nossos sindicatos filiados e com a CUT, a Condsef vai lutar para que o estado dê a necessária assistência social aos milhões jogados na miséria pela política desse governo e, ao mesmo tempo, vai lutar frontalmente contra todo e qualquer corte de salários e direitos dos servidores e empregados públicos."

Com ou sem Mandetta o governo é o mesmo

Numa escalada Bolsonaro nomeia médico-empresário da medicina privada para a Saúde

Que Bolsonaro seja o maior solapador ao combate à pandemia da Covid-19, todos sabem. Até a imprensa internacional, como o Washington Post de 14/04 ("o pior líder global"), já repercute. Ele, com boa parte do empresariado que o apoia, incentiva seus seguidores a não apenas boicotarem o Distanciamento Social como exigirem em funestas carreatas a "volta ao trabalho".

No fechamento desta edição, Bolsonaro demitiu seu ministro da Saúde, Henrique Mandetta e nomeou Nelson Teich, outro médico ligado à medicina privada. A troca tem a ver com tensões, com o horror de Bolsonaro a qualquer coisa que lhe faça sombra, mas Mandetta virou na propaganda o que não é nem nunca foi.

Quando começaram os rumores da demissão, a mídia destacava que Mandetta, em contraposição a Bolsonaro, era representante de um "setor sano e sério" do governo, comprometido com a campanha contra a Covid-19 e com as recomendações técnicas das comunidades científicas e de Saúde. Ele até teria apoiado as medidas tomadas por governadores e prefeitos de urgente Distanciamento Social para retardar o avanço da pandemia e evitar a superlotação (e o colapso) do sistema hospitalar.

Falso, mesmo em relação a tais medidas elementares, Mandetta contemporizou com seu presidente e aceitou implementar sua política, permitindo que Estados e municípios flexibilizem medidas de distanciamento.



Bolsonaro e Mandetta: parceiros na destruição da Saúde Pública

O problema é mais embaixo

No seu ministério, Mandetta não preparou o país desde o surgimento da epidemia. Quase nada foi feito. Não providenciou EPI (equipamento de proteção individual) às equipes de saúde. Não abriu leitos hospitalares e de UTI. Não conseguiu adquirir os ventiladores para o tratamento dos casos graves. Não providenciou os kits para a testagem em massa, ao menos dos casos suspeitos de contaminação. E sequer repassou os míseros R\$423 milhões (R\$ 2 por habitante) de recursos já existentes e devidos aos Estados e municípios.

E isso tem um motivo. Como explica o ex-ministro da Saúde do governo Dilma, Arthur Chioro, Mandetta é e sempre foi contra a Saúde Pública. O fato dele, ainda ministro, aparecer nas TVs de jaleco do SUS "é puro marketing. Ele sempre agiu para tirar recursos do SUS e favorecer planos privados de saúde. Já foi dirigente da Unimed. Quando deputado (DEM/MS), participou ativamente do golpe de 2016, votou

a favor da EC-95, que congelou os gastos da Saúde e Educação por 20 anos. Desde 2018, essa sua EC-95 já retirou R\$22,5 bilhões para a Saúde! Assim que assumiu o governo, ele destruiu o Programa Mais Médicos, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e a Farmácia Popular".

O governo fez marketing seu plano emergencial de verbas à Saúde, os R\$14 bilhões das duas Medidas Provisórias (março e abril). Além dessas verbas serem muito menores do que os R\$ 22,5 bi cortados pela EC-95, parte de seus recursos – se forem mesmo implementados – serão desviados do SUS aos lucros do sistema privado.

Às cegas

E o pior é que o combate à pandemia segue sendo feito às cegas. O próprio Mandetta reconheceu que o número efetivo de casos e de mortes por Covid-19 no Brasil deve ser dezenas de vezes maior do que os registros oficiais (respectivamente 33.682 e 2.141 até 17/04).

Dos 32 países com maior número de casos registrados, Brasil e Índia são os dois únicos que realizaram menos de 300 testes por milhão de pessoas – a média dos demais países tem sido cerca de 11 mil por milhão.

Nos últimos cinco anos, a média do mês de março de internações por SARG (Síndrome Respiratória Aguda Grave: pneumonias, bronquites, asma, etc) no Brasil foi de 2,9 mil. Em março deste ano, tais internações atingiram os 18,6 mil (6,4 vezes mais). É muito provável que os 15,7 mil a mais deste ano estão com Covid-19. Isso seria quase 11 vezes mais do que aqueles (1,5 mil) positiva e oficialmente notificados. O que coincide com a estimativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e do London Imperial College de que, no Brasil, para cada caso oficial há outros 11 a 12 casos não registrados. O mesmo deve ocorrer com o número de mortos: uma enorme subnotificação.

E essa diferença deve explodir em abril e maio - quando se prevê a aceleração exponencial da contaminação no país que possui 45 mil leitos em UTI, mas só 19 mil são da rede pública, responsável por atender 70% da população. Assim fica desassistida a população mais exposta aos riscos de morte, não apenas os idosos, mas sobretudo os milhões de trabalhadores pobres, negros e o povo das periferias. O governo Bolsonaro com seus ministros, é um obstáculo maior para o país enfrentar a escalada da pandemia que está por vir.

Alberto Handfas

Pandemia escancara a opressão da mulher

Vulnerabilidade maior e vítimas do aumento da violência doméstica

A crise sanitária escancara a realidade da barbárie capitalista. Ao expor a decadência do sistema, agudizou as mazelas dos seus setores mais oprimidos.

Em 26/03 a CUT afirmou que "O impacto social do novo coronavírus está atingindo fortemente as mulheres". De fato, elas são as mais vulneráveis em diversos aspectos. Dados da ONU Mulheres revelam, por exemplo, que 70% das pessoas que trabalham no setor social e de saúde são mulheres: são elas que estão "front" do combate a pandemia, submetidas aos riscos e sem acesso aos EPIs necessários para combater a doença.

Na economia, as mulheres são a

maioria no mercado informal, brutalmente atingidas pelas medidas de isolamento.

Pesquisa publicada pela Folha de São Paulo (13/04), realizada com mães em favelas de todo país, mostrou que 9 em cada 10 mulheres mudaram suas rotinas devido à Covid-19: "a maioria relatou que os gastos aumentaram quando as crianças passaram a não ir mais para a escola, o que também dificulta a saída da mãe para trabalhar". Segundo o estudo, 37% dessas mulheres são autônomas e só 15% tem carteira assinada. Por causa da pandemia, 84% já tiveram a renda diminuída e 72% afirmaram que a alimentação da família já está ou

ficará prejudicada.

Violência doméstica

Sem garantias trabalhistas, amplamente responsáveis pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados e educação das crianças que estão em casa, a situação de quarentena exacerbou os já alarmante dados de violência doméstica.

Em um mês, houve o aumento de 30% dos casos de violência contra a mulher em São Paulo (dados MPSP). Já o aplicativo Direitos Humanos BR, utilizado para receber chamadas de denúncia de violência doméstica, registrou (Jornal Olhar Digital) um aumento de 9% das chamadas na segunda quinzena de março, período

em que se intensificou a quarentena.

Este quadro só revela quão vitais são as medidas de proteção à mulher, através da manutenção Assistência Psicossocial e Orientação Jurídica (Casas de Mulheres, Delegacias e Centros de Referência).

Os ataques do governo Bolsonaro, anteriores a pandemia, como as contrarreformas da previdência e trabalhista, que atingem mais duramente as mulheres e o abandono de uma política mínima de combate à violência contra mulher, agora mostram sua gravidade.

Se é urgente recuperar medidas de proteção à mulher, a questão é, com este governo não é possível!

Maira Gentil

Combate à pandemia nos EUA é caótico

Trabalhadores tiveram de fazer greve para obter equipamentos de proteção



Nos cartazes, a associação de enfermeiros exige proteção aos profissionais de saúde

A pandemia de coronavírus se espalha nos Estados Unidos. A cidade de Nova York é particularmente afetada, mas a Covid-19 se espalha por toda a parte. Chicago, Detroit, Milwaukee, entre outras, são atingidas.

A falta de equipamentos de proteção individual é generalizada. Os trabalhadores dos setores essenciais não recebem nem a proteção básica: luvas, máscaras, medidas que permitam colocá-los à distância do público. Em 17 de março, os motoristas de ônibus de Detroit tiveram de entrar em greve para conseguir equipamentos e a decisão de que os passageiros entrem pela porta de trás do veículo.

O jornal "The New York Times" de 30 de março listou dez greves de trabalhadores, algumas organizadas pelos sindicatos, outras espontâneas, tendo como pauta a exigência de condições de higiene. Da Fiat-Chrysler ao McDonalds, passando por fazendas de aves e serviços de entrega, os trabalhadores se recusam a colocar sua saúde em perigo para que os patrões continuem a lucrar durante a crise.

O problema se torna mais grave ainda entre o pessoal de enfermagem. Se, nesse período de sobrecarga dos sistemas hospitalares, não optaram por fazer greve, esses trabalhadores se reúnem em frente a hospitais, com cartazes, para exigir máscaras, luvas e aventais que lhes permitam preservar sua saúde e a de seus pacientes. O sindicato de enfermeiros NNU organizou, nos dias 1º e 2, manifestações em 15 hospitais de seis estados. A entidade apresentou denúncias contra mais de 125 hospitais relativas à falta de material de proteção.

No hospital Montefiore de Nova

York, outro sindicato, o SEIU, representa o pessoal da enfermagem. Em 2 de abril, cerca de 30 funcionários se reuniram em frente ao hospital para reivindicar equipamentos de proteção. Um manifestante afetado pela Covid-19 explicou: "O único critério para eles era a febre. Eles me disseram para colocar uma máscara e voltar. Estamos com falta de pessoal, então eu acho que era meu dever voltar (...), mas eu tinha medo de transmitir a doença a meus colegas, aos pacientes que não tinham o vírus". Outro manifestante concluiu: "É simplesmente o caos!"

Desemprego explode

Em duas semanas, 10 milhões de estadunidenses foram registrados como desempregados (no dia 9, já eram mais de 17 milhões – Ndr). Os números do desemprego de março revelam taxa de 4,4%, ante 3,5% no mês anterior. E os especialistas, inclusive representantes do governo Trump, estimam que o desemprego atingirá de 30% a 40% dos trabalhadores no país.

Entre os negros, a taxa de desemprego subiu para 6,7%. Eles são

também os mais atingidos pela doença. A Propublica divulgou as primeiras estatísticas sobre a distribuição da moléstia por raça, na cidade de Milwaukee. Os negros representam apenas 26% da população, mas são mais da metade dos doentes e 81% dos mortos. Mais pobres, em média, que os brancos, os negros são geralmente menos bem cuidados e mais afetados pelo diabetes, que é um fator de agravamento da doença.

Fred Royal, da NAACP, importante associação de defesa dos direitos dos negros, explica que os doentes são enviados de volta para casa e orientados a cuidar de si mesmos: "O alarmante é que muitos desses indivíduos foram mandados para casa quando já tinham sintomas, e morreram antes que sáisse o resultado de seus testes".

Em uma carta aberta aos senadores, a NAACP se opôs à lei Cares, votada por unanimidade no Senado, que libera US\$ 2 bilhões de fundos federais, essencialmente para as empresas, para tentar combater a crise econômica provocada pela pandemia.

Correspondente

Peru: suspensão imediata do pagamento da dívida

Para combater o coronavírus, a dengue e a fome dos trabalhadores da cidade e do campo

Em 30 de março a CGTP (central sindical) reivindicou do governo um "Plano de Emergência para a geração de emprego e renda frente à epidemia da Covid-19".

Em 3 de abril, o jornal El Trabajo (órgão da seção peruana da 4ª Internacional) publicou uma declaração – da qual reproduzimos trechos – defendendo como recursos para esse plano, o estado deve usar "os 14 bilhões de soles (cerca de US\$ 4 bilhões) reservados, no orçamento geral deste ano, para o FMI, Banco Mundial e banqueiros internacionais".

"A dimensão catastrófica da pandemia desnuda a crise à qual o capitalismo conduz a humanidade.

No Peru esse sistema foi aprofundado pelo regime Fujimori (1990-2000), imposto pelo FMI-Banco Mundial.

Ele privatizou a saúde e a educação, entregou as aposentadorias às Administradoras de Fundos de Pensão privadas, destruiu a agricultura camponesa com a contrarreforma agrária, impôs os Tratados de Livre Comércio e o pagamento da gigantesca dívida externa.

O atual governo Vizcarra segue a

mesma linha, privatizando empresas e serviços públicos, atacando e destruindo direitos dos trabalhadores e do povo, aproveitando, para isso, inclusive a crise do coronavírus.

Entre as medidas durante a pandemia, Vizcarra anunciou a liberação de cerca de US\$ 500 milhões para conceder uma ajuda aos trabalhadores informais.

Acontece que seu plano é tirar esse dinheiro de um fundo de financiamento das empresas públicas, o que é uma aberta sabotagem ao futuro desenvolvimento dessas empresas.

Ao mesmo tempo será o Tesouro Nacional que vai pagar os quase US\$ 200 milhões que o governo pretende dar de subsídio aos empresários.

Está, portanto, colocado um problema de fundo: quem paga a conta? Os trabalhadores e os pobres ou o FMI e os empresários que destruíram a saúde pública e o patrimônio nacional?

A resposta é dada lembrando que os juros e principal da dívida externa pagos ao FMI de 2015 a 2019 foi de US\$ 31,5 bilhões. E que para o período 2021-2025 se prevê o pagamento de mais US\$ 34,9 bilhões."

No Haiti os patrões burlam quarentena

Governo faz vistas grossas e centrais sindicais denunciam perseguição a sindicalistas

Logo que surgiram no país os dois primeiros casos do coronavírus, em 19 de março, o governo decretou estado de emergência sanitária e o fechamento dos setores não essenciais, incluindo as tecelagens.

Pouco depois, sob pressão dos representantes dessas indústrias, o governo permitiu a reabertura de algumas delas argumentando que

iriam produzir máscaras para o mercado local e macacões para os trabalhadores da saúde.

Mas, conforme denúncia da Central Nacional dos Operários Haitianos (CNOHA) com a Confederação dos Trabalhadores do Setor Público e Privado (CTSP) e duas outras entidades, a produção não foi reconvertida nem para máscaras nem macacões.

Continuam a produzir roupas para exportar aos EUA.

Ademais, os patrões não adotaram medidas para evitar a contaminação dos trabalhadores. Não é observado o distanciamento social e a higiene deixa a desejar.

E como as fábricas estão funcionando com um efetivo reduzido são os patrões que escolhem quem

vai trabalhar e eles deixam os sindicalistas de lado para impedir que eles denunciem as irregularidades e a exploração a que estão submetidos os trabalhadores cujos salários não foram aumentados conforme reivindicam os sindicatos.

Correspondente

“Nós falamos de vida, eles falam de negócio”

Na França, trabalhadores em comércio morrem vítimas do coronavírus

Um funcionário do Carrefour de Bercy-2, em Charenton, com 45 anos, infectado pela Covid-19 e em licença médica desde 23 de março, acaba de morrer. É a nona morte nesse setor ligada à epidemia de coronavírus.

Nesse mesmo supermercado, uma colega do falecido também foi hospitalizada em estado grave por causa do coronavírus.

“Nós falamos de vidas, eles falam de negócios (...) Diante de um governo omissivo, a Federação CGT Comércio e Serviços assume suas responsabilidades”, diz comunicado da central sindical (abaixo).

“Nós queremos proteger todos os nossos trabalhadores. Todos os que se sentem preocupados pela falta de equipamento de proteção e/ou segurança a que têm direito; todos os que trabalham em comércio de carnes. Do Carrefour ao Auchan, passando por Leclerc, Monoprix, Intermarché, Franprix ou qualquer outra rede. Todos podem então escolher, a greve ou o direito de retirada⁽¹⁾ onde for possível”, explicou um delegado sindical.

Uma greve para salvar vidas

Em 6 de abril, a CGT Comércio e Serviços publicou a seguinte comunicado:

“Desde o começo da crise sanitária do Covid-19, a Federação CGT Comércio e Serviços nunca parou de alertar e exigir do governo e do patronato os meios de proteção necessários e vitais para os (as) funcionários (as) que estão obrigados a trabalhar.

Nós constatamos que muitas redes do comércio varejista, da segurança privada, logística, serviços de pós-venda, serviços pessoais etc., não respeitam as regras de saúde, colocando em perigo os (as) trabalhadores (as) e o público com o qual eles entram em contato diariamente.

As redes dos grandes distribuidores negam o direito de retirada exercido pelos empregados. Em outras empresas, eles sofrem ameaças e pressões quando reivindicam medidas concretas para sua segurança. Todo o arsenal de repressão é utilizado: intimidação, discriminação. É inaceitável!

O governo e o patronato têm apenas um objetivo, continuar

aumentando os negócios, quaisquer que sejam as consequências dramáticas que isso traga para os (as) trabalhadores (as).

Em nosso setor de atividade há muitos contaminados, hospitalizados, e é com muita indignação que nós também temos mortos!

O Covid-19 pode ser mortal, não vamos jogar uma loteria mortífera!

Enquanto exigíamos medidas drásticas de proteção para esses trabalhadores obrigados a garantir a continuidade econômica do país, solicitando providências para permitir os cuidados de prevenção, reivindicando a restrição de abertura das lojas e dos setores de primeira necessidade, a única resposta do governo foi oferecer aos patrões decretos sob medida para atender os seus sonhos mais loucos: jornada semanal aumentada para sessenta horas, abertura aos domingos, redução do intervalo de descanso entre dois dias, retirada das restrições de trabalho noturno. Decretos dignos da Idade Média!

A Federação CGT Comércio e Serviços denuncia tais escolhas políticas que enviam todos os dias milhares de

trabalhadores para engrossar as fileiras dos sacrificados do capitalismo.

Diante de um governo omissivo, a Federação CGT Comércio e Serviços assume suas próprias responsabilidades.

Chegamos ao limite do tolerável e do aceitável, nós falamos de vidas, eles falam de negócios; nós falamos de dispositivos de proteção, eles falam de destruição de direitos.

A Federação anuncia que, para proteger os empregados, seu ambiente e as pessoas que eles encontram no exercício de seu trabalho, está convocando para greve a partir de quarta-feira 8 de abril até a obtenção de medidas suficientes para garantir uma verdadeira segurança dos trabalhadores em suas lojas.

Este é nosso último recurso para salvar vidas!”

Correspondente

(1)O direito de retirada, previsto no Código do Trabalho, garante ao trabalhador poder se ausentar do trabalho se houver risco de um perigo sério e iminente para sua vida ou sua saúde

Rechaçar o bloqueio dos EUA contra a Venezuela!

Aumentam no mundo posicionamentos contra as agressões de Trump



Em meio à pandemia Trump faz novas ameaças à Venezuela

Nas últimas semanas, em plena pandemia da Covid-19, acelerou-se a ofensiva imperialista contra a Venezuela desde Washington. O Procurador Geral William Barr ofereceu 15 milhões de dólares pela cabeça do presidente Nicolás Maduro e de 10 milhões pela do dirigente do PSUV e presidente da Assembleia Constituinte Diosdado Cabello, acusados de narcoterrorismo.

A Casa Branca fez a proposta de um governo de transição, sem Maduro e sem Guaidó, com um Conselho de Estado que convocaria eleições,

como condição para levantar o bloqueio econômico ao país

A mais recente provocação é o envio de forças da Marinha dos EUA, com barcos de combate, aviões e helicópteros, às costas venezuelanas no Caribe, visando implantar um bloqueio naval que impeça o abastecimento do país.

Assim, aos bloqueios petroleiro, financeiro e marítimo, se somam as sanções, tentando criar uma justificativa para a ameaça sempre presente de intervenção externa liderada pelos EUA.

Cresce o rechaço às sanções

Ao mesmo tempo, o repúdio a essa política brutal de Trump, praticada em meio à pandemia que afeta duramente os próprios EUA, aumenta em todo o mundo.

Senadores estadunidenses, altos funcionários das Nações Unidas, o Parlamento Latino-americano e Caribenho (Parlatino), juristas, organizações de advogados e personalidades do Direito, intelectuais de todo o mundo, solicitam a suspensão imediata de todas as sanções e do bloqueio econômico impostos ilegalmente pelo governo de Donald Trump. O papa Francisco, no domingo de Páscoa, ao pedir o levantamento de sanções injustas e a anulação da dívida de países em dificuldade, fez uma referência especial à Venezuela.

Do movimento sindical importantes vozes se somaram à exigência de levantamento do bloqueio e das sanções impostas pelos EUA à Venezuela: a Confederação Sindical Internacional (CSI) e seu braço continental nas Américas (CSA), a Federação Sindical Mundial (FSM), a Federação Nacional de Indústrias Químicas da CGT da França, a CUT da Colômbia, a CIA-Autônoma da

Argentina, através de seu secretário geral Pablo Micheli, estão entre as organizações que expressaram sua firme condenação diante da cada vez mais agressiva política do governo Trump e sua escalada recente contra o país

No México, uma reunião nacional dos Comitês de Diálogo de Trabalhadores e Jovens, que mantém laços com o Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), adotou uma declaração em 28 de março que exige o fim dos ataques de Trump contra a soberania da Venezuela, a paralisação imediata de todas operações militares, bem como o fim das sanções e do cerco econômico.

Hoje, quando aparece à luz do dia a profunda crise que atravessa o capitalismo, num momento em que milhões de trabalhadores tomam consciência de que é a sobrevivência da humanidade o que está em jogo, e portanto a dos próprios trabalhadores como a classe social capaz de proporcionar uma saída ao mundo, mais do que nunca a nação venezuelana requer a solidariedade militante dos trabalhadores e povos da América Latina e do mundo.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

Governo espanhol busca pacto para “salvar o país”

Proposta esquece as reivindicações e anistia os que fizeram cortes orçamentários

Dirigentes políticos debatem no Estado espanhol a necessidade de um pacto “para sair da crise”. No dia 4 de abril, o presidente do governo, Pedro Sánchez (PSOE), fez uma proposta formal. De maneira quase unânime, os meios de comunicação discutem a esse respeito.

Invocam os Pactos de Moncloa como modelo. Esses pactos foram assinados em 1977 entre a UCD (principal partido neofranquista na época), de Adolfo Suárez, o Partido Socialista (PSOE), de Felipe González, o Partido Comunista (PCE), de Santiago Carrillo, e outros partidos menores, que conseguiram o apoio dos secretários das centrais sindicais CCOO e – vencendo resistências – UGT.

Esses pactos políticos abriram o caminho à Constituição de 1978, que dá um marco institucional à monarquia. Ao aceitar a restauração da monarquia, os dirigentes da “oposição democrática” aceitavam, entre outras coisas, perda de 8% dos salários e demissões ilimitadas. Mas, acima de tudo, aceitavam preservar as instituições essenciais da

ditadura: os policiais torturadores, o exército golpista, os juízes reacionários e machistas. Em troca de quê? De nada.

A monarquia estava obrigada a reconhecer as conquistas impostas por 40 anos de luta dos trabalhadores e da juventude: a liberdade de partidos, em particular os criados pelos trabalhadores, a liberdade sindical e o direito de greve, com limitações. E a classe operária não tinha por que aceitar as instituições monárquicas, incompatíveis com os direitos que vinha conquistando.

Um novo 1977?

Em certa medida, repetir tais pactos é uma ilusão. Muitos estão conscientes das diferenças e, por isso, falam em retomar o método (ou seja, o “consenso”), porque as condições não são as mesmas.

Qual é a principal diferença? Em 1977, no fim da ditadura, se colocava a necessidade da democracia, ou seja, da república. Hoje, a podridão da monarquia exigiria também uma limpeza radical de todas as instituições, para avançar rumo à república,

não como uma forma puramente democrática, mas sim carregada de todo o seu conteúdo social.

Discute-se muito sobre pacto, mas pouco sobre o que se pactuaria. É evidente que um acordo com o PP (partido neofranquista – NdT) exigiria esquecer a revogação das reformas trabalhista e previdenciária, da lei da mordaza (que está sendo aplicada a fundo com o confinamento), da Lomce (lei de contrarreforma da educação – NdT), ou seja, esquecer-se das reivindicações em nome de “salvar o país”. Não se discute reverter os cortes nem exigir a responsabilização dos culpados, ou seja, pretende-se anistiar os responsáveis pelo desastre atual, tal como em 1977 os torturadores foram anistiados.

Sua principal dificuldade: em 1977, saíamos de uma feroz ditadura; o prestígio e a influência dos sindicatos, dos partidos operários e nacionalistas eram enormes. Hoje, nada disso ocorre. Em poucas semanas, a aprovação do governo passou de dois terços a um terço da população, o que ocorreu com todos os demais partidos.

Isso é visível no sistema sanitário (centros de saúde, hospitais, novas estruturas de campanha) e também nos aplausos e gritos às oito da noite, nos painéis. E, sobretudo, na luta que se desenvolve desde o primeiro dia nos transportes, nos Correios, nas grandes indústrias metalúrgicas. O ajuste de contas já começou, de uma forma que os meios de comunicação e os chefes políticos tratam de ignorar. É ainda limitada, porque a população não pode reunir-se nem se manifestar, mas os primeiros sinais não enganam. Exatamente por isso precisam de um pacto que, ao implicar as principais organizações, sufoque a expressão organizada desse repúdio.

Tudo dependerá da capacidade de o governo conter o movimento e impor, com o consenso da direita, as medidas antidemocráticas e antisociais que compõem o estado de emergência e os sucessivos decretos. E da capacidade de os trabalhadores romperem as amarras impostas pelos dirigentes que seguem o governo.

Angel Tubau

A pandemia na África: caos e resistência

“A África deve se preparar para o pior”, disse a OMS em 25 de março



Fila de crianças para pegar água na favela de Kibera em Nairóbi, no Quênia, no dia 7 de abril.

reduzidos a permanecer como exportadores de matérias primas, e destruiu seus sistemas de saúde.

E hoje, os povos ainda se dobram sob o peso do pagamento dessa dívida injusta, enquanto a queda dos preços das matérias primas e a recessão econômica vão estancar os fluxos financeiros.

O sindicato dos médicos da República do Congo, Synamed, que recentemente organizou uma greve, preocupava-se, em 2 de abril, pela situação de insuficiência de proteções individuais, ambulâncias, respiradores (vinte nos hospitais públicos de todo o país). “A pandemia põe a nu a responsabilidade manifesta das autoridades, dos governos passados e possivelmente do governo atual”, ele declarou.

Uma apreciação que, sem dúvida, vale para a maior parte dos países.

Estamos a cem mil léguas das recomendações da OMS: “Para controlar e pôr fim à epidemia, os países devem testar, isolar e rastrear os contatos.” Isto não é feito em nenhum lugar, e muito menos na África.

As medidas de confinamento adotadas pelos governos arriscam levar direto à fome. Zonas confinadas sem reabastecimento, aumento dos preços... A especulação nos mercados de produtos agrícolas como em 2008-2009 tende a ser fomentada pelos bilhões injetados pelos bancos dos países da OCDE: são os próprios dirigentes da FAO, da OMS e da OMC que dizem!

A repressão policial, as leis de exceção, já começaram a ser aplicadas. “Toque de recolher: a África Ocidental se rebela. Burkina Faso, Costa do Marfim, Senegal... Nestes três países, a polícia espanca e humilha para fazer respeitar as medidas de confinamento aos infratores”, destacou o jornal Le Monde em 31 de março.

Todos temem que, diante da falência dos governos e de seus mentores

imperialistas, os povos se revoltam e com a dívida que estrangula, a fome e a pandemia que matam, os governos tenham apenas a repressão por resposta.

DADOS ALARMANTES

- República Centro-Africana: população de cerca de 5 milhões de pessoas possui apenas três respiradores.
- Burkina Faso, a proporção é de 11 respiradores para 19 milhões de cidadãos. Em Serra Leoa, são 18 para 7,5 milhões.
- Gambia não possui leitos de UTI; cerca de 100 seriam criados, para uma necessidade de 1000
- Somália só tem 15 leitos UTI para quase 15 milhões de pessoas, o Malauí, 25 para 17 milhões e Uganda, 55 para 43 milhões.
- Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), na região subsaariana, 63% das pessoas que vivem em áreas urbanas (ou 258 milhões de pessoas) não têm acesso à possibilidade de lavar as mãos.

DECLARAÇÃO DO SECRETARIADO INTERNACIONAL DA IV INTERNACIONAL

Nunca antes a falência de todo um sistema se manifestou simultaneamente com tanta força em escala mundial

A humanidade está confrontada à uma verdadeira catástrofe. Três bilhões de seres humanos confinados, dezenas de milhares de mortos, milhões contaminados e os serviços de saúde que desabam um após outro.

O desenvolvimento exponencial da pandemia em todo o mundo não se deve, absolutamente, ao acaso.

Sua explosão é o produto, de um lado, da política de pilhagem imperialista que condena a uma miséria inominável todos os povos, na África e no Oriente Médio – onde países são entregues às guerras e às intervenções militares imperialistas – na Ásia, na América Latina... E, de outro lado, produto da política de ajuste estrutural ditada pelo FMI e estendida aos povos dos países imperialistas após a crise de 2008, que destruiu todos os sistemas de saúde pública, arrancados por duras lutas.

Cada dia fornece novas provas de que a crise, que transtorna hoje toda a economia mundial, começou muito antes da aparição da pandemia, como estabelecem as Notas editoriais da revista teórica da IV Internacional (A Verdade 105).

Nunca antes...

Nunca antes, como hoje, os representantes das classes dominantes, os governos e as instituições internacionais ofereceram ao mundo o espetáculo de sua incapacidade de enfrentar a praga que eles mesmos provocaram, e sobre a qual tem inteira responsabilidade.

Nunca antes como hoje eles encarnaram, numa mistura de pânico, incompetência e diletantismo criminoso, o beco sem saída a que os serviços do capital financeiro - para quem a única lei é a da exploração sem limite dos trabalhadores, a lei dos preços de ações e dos dividendos – arrastam toda a humanidade.

Nunca antes o insuportável espetáculo de “especialistas científicos” repetindo ad nauseam que “tudo o que podia ser, foi feito, que as máscaras eram inúteis...”, ecoando as falsas instruções dos governos, nunca manifestaram um tal grau de submissão ao mundo das finanças.

Assombro e raiva

Nunca antes eles provocaram, como hoje, tanto assombro e raiva.

A raiva de todas as pessoas

confinadas (1,4 bilhão de pessoas confinadas na Índia) em “campos”, em favelas e periferias sem água, sem comida, e condenados à privação e à morte lenta.

A raiva desses migrantes do sul da Ásia forçados a ir trabalhar nas piores condições nos canteiros de obras dos estádios, construídos em ritmo acelerado nos emirados do Golfo.

A raiva dos povos da Venezuela, do Irã e da Palestina submetidos ao embargo!

A raiva de todos aqueles que são enviados ao “front” nos países ricos, nos Estados Unidos e na Europa, sem máscaras nem proteções para combater a doença.

A raiva de todos os trabalhadores, lixeiros, entregadores, caixas, correios etc. forçados a fornecer, sem proteções, serviços essenciais à população.

O espanto dos primeiros dias foi seguido da raiva, um ódio que se transformou em resistência. Testemunha disso é a luta travada pelos trabalhadores - por todos os meios, incluindo a greve - na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Estados Unidos, onde os trabalhadores da Amazon se recusam a continuar trabalhando sem proteção.

Uma resistência que se inscreve no prolongamento e aprofundamento do levante dos trabalhadores e povos que há tempos, da Argélia ao Iraque, passando pelo Chile, exigem que caiam fora todos!

Incapazes de fornecer aos hospitais em quantidade suficiente máscaras, luvas, jalecos, respiradores etc. indispensáveis, os dirigentes imperialistas e seus vassallos de todos os continentes se apresentam como líderes de guerra.

Nas velhas potências imperialistas europeias, eles convocam as direções do movimento operário à “união sagrada”. Eles decretam o estado de emergência, proíbem reuniões, baixam o toque de recolher, e suspendem garantias do “estado de direito” para abrir caminho à destruição das liberdades democráticas, do desmantelamento das leis trabalhistas - onde elas ainda existem -, mas também da previdência social, do seguro-desemprego e das pensões.

Enquanto os bancos centrais inundam o mercado com trilhões de dólares para salvar os monopólios imperialistas escolhidos, milhões e milhões de homens e mulheres

desempregados correm o risco de perder tudo. Nos Estados Unidos, dez milhões de americanos ficaram desempregados em duas semanas.

O coronavírus que os “grandes” chefes de Estado não souberam nem quiseram conter, é tomado como pretexto para tentar destruir todas as conquistas da classe trabalhadora, para fornecer a força de trabalho escrava que o sistema imperialista em crise precisa para sobreviver, se é que se pode chamar de sobrevivência a crise mortal em que o capital está levando a humanidade.

Uma raiva imensa está em vias de unificar os povos de todo o mundo contra os governos que se fazem de correia de transmissão do capital financeiro.

Uma imensa raiva ganha toda a Europa: na França, na Alemanha, na Espanha, na Itália... como em todos os demais continentes.

Existe uma saída e está sendo preparada

A revolta se espalha. Hoje, na Europa, ela se baseia na mobilização dos servidores da saúde que, na linha de frente, face à negligência dos governos, ministros da saúde e todos os “burocratas especialistas”, eles, sim, enfrentam a doença: médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, paramédicos... lutam há meses. Hoje, rejeitando a “união sagrada”, eles acusam o governo e se organizam.

Eles provaram: nenhuma solução é possível sem que o poder de tomada de decisão seja retirado das mãos dos agentes do capital financeiro, de modo que as empresas sejam requisitadas para a produção de máscaras,

testes, respiradores, oxigênio, medicamentos etc., e para que a pesquisa científica tenha o orçamento de que precisa, desesperadamente.

Eles demonstram, a cada dia, sua capacidade de reorganizar os serviços de saúde e todo o sistema hospitalar público a serviço da população. Rompendo todos os laços de subordinação aos objetivos de rentabilidade e privatização, eles demonstram que são os únicos capazes de realizá-lo, demonstrando a capacidade de quem produz riqueza para atender às necessidades vitais da imensa maioria da população.

O destino da civilização humana está sendo jogado aí.

Por um lado, o massacre que atinge os povos, privados de tudo e condenados ao pior, massacre que atinge o coração da principal potência mundial, os Estados Unidos. O apocalipse em hospitais europeus. A barbárie!

Do outro lado, esta resistência feroz entre os servidores da saúde diz aos trabalhadores de todo o mundo: - existe uma saída política e ela está sendo preparada.

Não há tarefa mais urgente hoje do que ajudar, em cada país, esta raiva e a resistência que está surgindo, a abrir caminho, a espalhar-se, a conquistar todas as camadas da população, e a se inscrever no quadro comum do combate dos trabalhadores e dos povos para acabar com o sistema, para salvar a humanidade da barbárie a que o sistema capitalista arrasta.

04 de abril de 2020

(Intertítulos da Redação de OT)

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br